



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL-UADSS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CARLA JANAINA DOS SANTOS

ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A CONCEPÇÃO DOS USUÁRIOS
DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS DE SOUSA-PB

SOUSA-PB
2015

CARLA JANAINA DOS SANTOS

ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A CONCEPÇÃO DOS USUÁRIOS
DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS DE SOUSA-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Sousa-PB, como requisito necessário para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ma. Maria Aparecida Nunes dos Santos

SOUSA-PB
2015

CARLA JANAINA DOS SANTOS

ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A CONCEPÇÃO DOS USUÁRIOS
DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS DE SOUSA-PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção do Grau de Bacharela em
Serviço Social.

Data de defesa: ____/____/____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Maria Aparecida Nunes dos Santos (UFCG)
Professora Orientadora

Prof^a. Ma. Clariça Ribeiro (UFCG)
Examinadora interna

Prof^a. Ma. Darlania Pinheiro Leandro (FAFIC; FSM)
Examinadora externa

SOUSA-PB
2015

Às minhas duas mães: Tereza, minha linda guerreira, que me colocou no mundo e que me dá todo amor e carinho, é, também, minha inspiração de força, de não desistir e seguir sempre em frente, e, a Valéria, minha irmã querida, mas que, na verdade, me tem como filha, me motivou para que eu viesse cursar uma graduação, estando presente incansavelmente para que chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida, pela proteção e por sempre colocar em meu caminho pessoas maravilhosas desde o momento em que vim ao mundo, pois a família em que nasci sempre esteve do meu lado para tudo, me apoiando e orientado para os caminhos da vida.

Aos meus pais Francisco e Tereza, e, em especial a minha querida mãe que é uma guerreira e que eu sei que posso contar para tudo, agradeço aos meus irmãos pelo companheirismo e conselhos, e, principalmente, a minha irmã Valéria e seu esposo Oscar, pois se não fossem eles não estaria me formando.

Aos meus amigos por tornar meus dias mais alegres, principalmente, as minhas amigas de curso: Yara, Janaina, Cristiana, Leidiane e Suleide, que fizeram os meus dias de universidade o melhor possível.

À minha professora e orientadora Maria Aparecida Nunes dos Santos, pela sua contribuição que foi fundamental no meu processo de formação, pela sua orientação e toda dedicação em todo processo de elaboração deste trabalho, pela sua paciência, pelo conhecimento passado e pela forma amigável que trata seus alunos.

À minha supervisora de campo, Lidiane Nobrega, por ter nos recebido tão bem no Centro de Referência da Assistência Social de Sousa-PB e pela contribuição na nossa formação acadêmica e profissional.

Por fim, agradeço a todas as pessoas as quais não citei os nomes, mas que também amo da mesma forma e contribuíram para que hoje eu seja quem sou e esteja onde estou.

SIGLAS

ANASSELBA Associação Nacional dos Empregados da Legião Brasileira de Assistência

BPC Benefício de Prestação Continuada

CAPS Caixas de Aposentadoria e Pensões

CFAS Conselho Federal de Assistência Social

CFESS Conselho Federal de Serviço Social

CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

CPF Conselho Plano e Fundo

CRAS Centro de Referência da Assistência Social

CRESS Conselho Regional de Serviço Social

DRU Desvinculação das Receitas da União

FNAS Fundo Nacional de Assistência Social

FUNABEM/FEBEM Fundação Nacional do Bem-estar do Menor e/ou Fundações Estaduais

FUNSAT Fundação Social do Trabalho

FPM Fundo de Participação dos Municípios

FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IAPS Institutos de Aposentadoria e Pensões

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INAMPS Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

LBA Legião Brasileira de Assistência Social

LOAS Lei Orgânica da Assistência Social

MAS Ministério da Assistência Social

MDS Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB Norma Operacional Básica

PAIF Programa de Atenção Integral à Família

PBF Programa Bolsa Família

PDRE Plano Diretor de Reforma do Estado

PLHIS Plano Local de Habitação de Interesse Social

PNAD Plano Nacional por Amostra de Domicílio

PNAS Política Nacional de Assistência Social

PTR Programas de Transferência de Renda

RMV Renda Mensal Vitalícia

SCFV Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC Serviço Social do Comércio

SESI Serviço Social da Indústria

SINPAS Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social Sistema

SUAS Sistema Único da Assistência Social

RESUMO

O presente estudo trata da problemática da Política de Assistência Social brasileira, sobretudo, no âmbito da Proteção Social Básica, no atual contexto de crise do capital, de contrarreforma do Estado e dos seus impactos para o enfrentamento das expressões da questão social. É nesse contexto que se tem a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como forma de reorganização e reafirmação da inscrição da Política no campo dos direitos e mesmo depois da implantação do SUAS, ainda havia uma sinalização que os usuários do Centro de Referência da Assistência Social-CRAS de Sousa-PB viam a Assistência Social como favor, por isso, este estudo teve como objetivo analisar a concepção dos mesmos sobre a Política de Assistência Social, a partir da implantação do referido sistema. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, na qual teve como instrumento de produção de dados a entrevista semiestruturada direcionada aos usuários idosos e adolescentes do CRAS, pois foi este público que tivemos mais contato durante o Estágio Supervisionado. A partir da análise e interpretação de dados sob um viés crítico/reflexivo, constatamos que a concepção dos usuários do CRAS, ainda, aponta para a predominância da Assistência Social como um favor, presente, caridade ou como “boa ação do prefeito”. Assim, um contexto de crise e de agravamento das condições de vida dos trabalhadores, pode reforçar o histórico da Assistência Social como prática caritativa ou a confundir como um favor que o prefeito garante a população carente, o que distancia ainda mais que a mesma seja vista como um direito.

Palavras-chave: Assistência Social. Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Concepção dos usuários.

ABSTRACT

This study addresses the issue of Brazilian social assistance policy, especially within the Basic Social Protection, in the current context of the crisis of capital, contrarreforma of the State and its impacts to face the expressions of the social question. In this context, there is the creation of the Unified Social Assistance System (ITS) as a form of reorganization and confirmation of registration of policy in the field of rights and even after the ITS deployment, there was a signal that the Centre's users Social-CRAS Assistance Reference Sousa-PB saw the Social Assistance as a favor, so, this study aimed to analyze the design of the same on the Social Assistance Policy, from the said system deployment. This is a bibliographic research, documentary and field, which had as data production tool semi-structured interview directed to the elderly and adolescents CRAS users because it was this public that had more contact during the supervised training. From the analysis and interpretation of data in a critical bias / reflective, we found that the design of users CRAS also points to the prevalence of social assistance as a favor, gift, charity or as "good deed for the mayor." So a context of crisis and worsening living conditions of workers, can enhance the history of Social Work as a charitable practice or confuse as a favor that the mayor ensures the poor, which further distance it to be seen as a right.

Keywords: Social Assistance. Reference Center for Social Assistance (CRAS). Conception of users.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. APROXIMAÇÕES À TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA CARIDADE AO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	13
2.1 A Assistência Social pré-Constituição Federal de 1988	13
2.2 A Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988.....	19
2.3 A crise do capital e suas determinações para a Política de Assistência Social	23
3. APROXIMAÇÕES À PARTICULARIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL..	31
3.1 Percurso metodológico da pesquisa.....	31
3.2 Considerações sobre a unidade de análise e os sujeitos participantes da pesquisa	33
3.3 A concepção dos usuários do CRAS sobre a Política de Assistência Social.....	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
5. REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICES	52

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata da Política de Assistência Social no Brasil que, historicamente, esta política, esteve inscrita no campo da caridade e filantropia e, por conseguinte, não como uma responsabilidade do Estado. Mesmo após o reconhecimento da “questão social” como “caso de política”, a partir da década de 1930, a exemplo da criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e durante a ditadura militar com a sua inscrição junto a Previdência Social, tais traços permanecem e se intensificam sob o discurso conservador do “equilíbrio social”, da necessidade de ajustar o indivíduo a ordem (MESTRINER, 2011).

É somente com a Constituição Federal de 1988, com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), nº 8.742 e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005), com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e sua regulamentação com a lei SUAS, nº 12. 435, que tem-se a inscrição e a reafirmação da Assistência Social como um dever do Estado e um direito social para quem dela necessita.

Apesar dos avanços e conquistas da Política de Assistência Social, ainda, existem muitos desafios a ser enfrentados. Um deles é o contexto de crise do capital, sob o qual se processa a expansão da referida política, sobretudo, via Programas de Transferência de Renda. Neste cenário, tem-se o avanço de políticas neoliberais enquanto estratégias utilizadas pelo Modo de Produção Capitalista (MPC) para enfrentamento da crise de produção, iniciada nos anos de 1970 até os dias em curso, e que impacta diretamente no Brasil. No campo da reprodução da força de trabalho pela via das políticas sociais, como vem pesquisando alguns autores, a exemplo de Mota (2010), tem-se um movimento que tende a inscrever a Assistência Social como principal mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais em detrimento das políticas de cunho universal, chegando a transformar-se na “proteção social em si”.

Levando-se em consideração que a expansão da referida política e sua precarização no atual contexto de crise do capital podem influir para uma concepção

da Assistência Social como uma prática caritativa e, sobretudo, que tal contexto implica na precarização dos serviços do CRAS, unidade de nossa análise, é que sentiu-se a necessidade de realizar este trabalho. O interesse por essa temática surgiu, justamente, a partir da experiência do Estágio Supervisionado realizado no CRAS de Sousa-PB, no período de novembro de 2013 a setembro de 2014, onde foi possível observar sinalizações que a concepção dos usuários da referida instituição é de que a Assistência Social é uma ajuda, um favor ou uma “boa ação do prefeito” que beneficia a população carente, e, por isso, este trabalho teve como principal objetivo analisar a concepção dos usuários do CRAS de Sousa/PB sobre a Assistência Social.

Para alcançar o referido objetivo, utilizou-se como metodologia a pesquisa de campo com perguntas abertas e fechadas destinadas aos referidos usuários, sobre a Política de Assistência Social, a revisão de bibliografias acerca do tema e análises nos documentos da instituição. A partir da análise e interpretação dos relatos dos mesmos sob um viés crítico/ reflexivo, constatou-se que a Assistência Social apesar de seus avanços e conquistas legais, a referida política ainda é vista como caridade por muitos usuários da referida instituição.

Dessa forma, o presente trabalho encontra-se estruturado em dois capítulos, distribuídos da seguinte forma: O primeiro capítulo se divide em três sub tópicos: no primeiro sub tópico fala sobre o histórico da Política de Assistência Social antes da Constituição federal de 1988; o segundo dá continuidade ao histórico da Assistência Social, porém pós-Constituição Federal de 1988 até os dias atuais e o terceiro e último sub tópico realizou-se uma análise dos impactos da crise do capital na Política de Assistência Social. No segundo capítulo analisou-se a particularidade da Assistência Social no município de Sousa-PB em tempos de crise do capital. Este capítulo também contou com três sub tópicos, no primeiro abordou a metodologia utilizada, o segundo centrou-se em analisar o CRAS e o perfil dos sujeitos participantes da pesquisa, e, por fim fez-se uma análise da concepção dos usuários do CRAS, trazendo o resultado da pesquisa.

Espera-se com o presente trabalho, além da contribuição sobre a referida temática, que isto sirva, também, para um maior esclarecimento à população sobre o que é o CRAS, através de palestras socioeducativas numa perspectiva de direitos, informando-os quais os serviços da instituição e que tais serviços são direitos dos mesmos, e, assim, que este trabalho possa, de alguma forma, fazer com que os

usuários do CRAS tenham conhecimento dos seus direitos. Além disso, poderia ser realizado um projeto de intervenção no sentido de realizar a publicização desta referida instituição.

2. APROXIMAÇÕES À TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA CARIDADE AO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

2.1A Assistência Social pré-Constituição Federal de 1988

De acordo com as reflexões de Sposati (2010), historicamente, a prática da Assistência Social, no modo de produção capitalista, realizou-se através da filantropia, da caridade e da benemerência. Nesse sentido, aqueles que não tinham como prover seu sustento, mediante a venda da sua força de trabalho, eram “protegidos” por meio de práticas caritativas e, por meio disso, tinha-se a possibilidade de “proteção social” através de subsídios de natureza confessional e/ou de ajuda ao próximo. Nessa direção, Mestriner (2011, p.13), destaca na seguinte citação que:

A identificação da assistência social - prática social de ajuda científica ou empírica - como a filantropia e a benemerência é comum em nossa sociedade. Entendidas como expressões de altruísmo, solidariedade e ajuda ao outro, envolvem desde atitudes ocasionais até formas institucionais sem fins lucrativos; ou, no campo político, formas da regulação do favor- “o toma lá da cá”- quer pelo primeiro damismo, quer pelas concessões de benesses por representantes políticos.

A sociedade brasileira não foi diferente, pois a mesma, também, tem o histórico da Assistência Social marcado por ações de solidariedade, a exemplo de doações e esmolas destinadas aos ditos mais necessitados. Esses traços conservadores, a exemplo do assistencialismo, presentes na referida política, encontram-se diretamente relacionados à particularidade da constituição do capitalismo no Brasil bem como suas formas de enfrentamento à denominada questão social.

Couto (2010) afirma que o coronelismo remete a um passado, onde os trabalhadores dependiam do patrão para sobreviver, e isso influencia nas condições

objetivas da ideologia do favor, da relação de dependência, de submissão ao patrão, que impossibilita que o trabalhador tenha uma relação de independência, livre para tomar suas decisões pessoais e cidadãos. Além disso, os trabalhadores eram pessoas analfabetas, sem perspectiva de vida, não tinha em mente que poderiam viver de outra forma que não fosse nas “amarras” do patrão, viam aquela forma de vida como única possível.

Couto (2010, p.87), ainda, reforça que:

Nesse período, a história brasileira registrou fatos que denunciam desde a entrega pronta do voto até o aprisionamento dos eleitores à véspera das eleições para garantia dos votos. Assim, o direito político do voto foi utilizado como um instrumento objetivo de referendar as velhas formas de compadrio e de patrimonialismo, persistentes na formação sociohistórica brasileira, em vez de representar um ato de autonomia do cidadão de escolher seus representantes.

Assim, observa-se na história brasileira, a particularidade do controle dos meios de produção, ideológicos e repressivos da classe dominante para a manutenção da ordem. Mazzeo (1988) afirma isso ao destacar que a sociedade brasileira tem no seu bojo a forte estrutura social centralizada na burguesia, que nasce subordinada ao capitalismo mundial, marcada pela forte presença do conservadorismo com vistas a manutenção do *status quo*.

Segundo Mestriner (2011), na Primeira República de 1889 a 1930, período pós-escravidão, marcado pela entrada de imigrantes no país e pelo início da industrialização, ainda nesse contexto, a Assistência Social não era responsabilidade do Estado e o enfrentamento da questão social era visto como questão de polícia.

É importante frisar que a questão da Assistência Social se apresenta imbricada a partir de uma perspectiva histórica e social, marcada por uma realidade de desigualdade, em que os setores “excluídos da sociedade” são alvos de ações assistenciais, pois os mesmos, no contexto de reprodução social têm apenas a sua força de trabalho para sobreviver (YAZBEK, 2009).

Assim, de acordo com Netto e Braz (2006), o modo de produção capitalista reproduz as condições de exploração do trabalhador e obriga constantemente que os mesmos vendam sua força de trabalho, ao mesmo tempo em que o capitalista, ao

comprá-la, enriquece. Neste sentido, o capitalista acumula capital e quanto mais se acumula capital mais a situação do trabalhador tende a piorar. Tal acumulação de riqueza de um lado proporciona, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria do outro, ou seja, intensificam-se as expressões da questão social: a pobreza, a violência, o desemprego, a fome, entre outros e são, justamente, as pessoas que passam por essas situações que vão ser alvo da Assistência Social. Porém, antes que as ações assistenciais passassem a fazer parte de uma Política Pública, a Igreja Católica era responsável por tal ato que se caracterizava como prática filantrópica.

A Assistência Social pré-Constituição Federal de 1988, carrega em seu histórico práticas de ajuda focalizadas, temporárias ou emergenciais. Essa assistência de forma temporária e emergencial acaba aliviando as necessidades naquele momento e amputando possibilidade de reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho (MESTRINER, 2011).

A partir da década de 1930, para controlar a força de trabalho da classe trabalhadora que se organizava enquanto classe “para si” para lutar por mudanças nas leis trabalhistas e pela responsabilização do Estado para com o social tem-se a garantia de alguns direitos sociais por parte do Estado (COUTO, 2010). Ou seja, quando se corria o risco de organização da classe trabalhadora e de movimentos sociais contra a ordem estabelecida, o Estado garantia minimamente alguns benefícios sociais para “acalmar” a população. Na referida década, mais especificamente entre os anos 30 e 43, o Brasil experimenta mudanças sociais, a exemplo do surgimento das primeiras indústrias e legislações trabalhistas. Tinha-se, assim, como “novo” cenário um país que se despedia da oligarquia e se voltava para o governo populista de Getúlio Vargas nos trilhos da consolidação do capitalismo no Brasil.

É no referido cenário que se começa a surgir às primeiras ações de políticas sociais no Brasil. Assim, pode-se dizer que começou um processo de regulamentação das relações de trabalho no país, pois criam-se o Ministério do trabalho e a carteira de trabalho, como também, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPS)¹ (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Porém, tais avanços eram destinados apenas para quem estava inserido no mercado de trabalho e a maioria

¹ Antes dos IAPs existiam as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), organizações privadas por empresas e, só a partir do IAPs, passa a existir um sistema previdenciário estatal, porém, só poderiam acessar trabalhadores com carteira assinada (BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

da população ficava desprotegida e sob a responsabilidade caritativa da sociedade civil.

No referido governo, de acordo com Sposati (2011), a Assistência Social, ainda, se encontra de forma fragmentada, focalizada, conservadora, sendo realizada pelas damas de caridade. O sistema de proteção social tinha fortes marcas clientelistas na consecução dos benefícios sociais e privilégios, reforçando, ainda mais, a seletividade, o caráter de favor e a submissão da população que recebia benefícios.

Nessa mesma direção, Couto (2010, p.96) afirma que:

O governo Vargas investiu na formulação de legislações que foram delineando uma política baseada na proposta de um Estado social autoritário que buscava sua legitimação em medidas de cunho regulatório e assistencialista. Essas características apontam a conformação inicial de um sistema de proteção social de tipo conservador ou meritocrático-particularista.

Isso mostra que a Assistência Social, ao invés de se constituir como direito, realiza-se através da assistencialização, persistindo a ideia da dádiva e do compadrio. Nesse contexto, mais especificamente, no ano de 1942, surge a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), que se destaca pelo “comando” de Darcy Vargas, a esposa do então presidente Getúlio Vargas. Essa entidade, que, inicialmente, reunia às senhoras da alta sociedade para dar assistência às famílias, cujos cônjuges haviam ido para a Segunda Guerra Mundial, ao final da referida guerra, passa a atender às famílias que não tinham acesso à Previdência Social, dando continuidade ao assistencialismo à população. Essas ações assistencialistas, também, passaram a estar presente em tempos de seca na região nordeste e em outras ocorrências que fragilizam a população menos favorecida (SPOSATI, 2011).

Assim, o Estado assume paulatinamente as expressões da questão social atendendo à classe trabalhadora e, também, ao capitalismo, ou seja, mediando os interesses divergentes que emergem das contradições entre a classe dominante e as reivindicações dos setores populares. Esse atendimento a classe trabalhadora se dá através da regulamentação das relações entre capital e trabalho.

Em 1945, finda-se o governo Vargas e, de 1946 a 1964, assumem o país governos com características democráticas trabalhistas, populista, liberal e

expansionista da indústria. Nesse período de quase 20 anos, a Assistência Social continua sendo realizada através da filantropia de caráter disciplinar. A priorização, nesse momento, centra-se nas políticas trabalhistas que expandia a indústria com a criação de um sistema educacional voltado para as necessidades técnicas do processo de industrialização (MESTRINER, 2011).

Ainda de acordo com Mestriner (2011), também, nesse mesmo período, foi realizada a criação do sistema “S”, como o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI) junto com o já existente Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a LBA que irão criar projetos e programas de execução direta, onde irão intervir nas expressões da questão social.

A partir de 1964 até a primeira metade da década de 1980, como destaca Mazzeo (1988), o país passa a ser governado pelos militares e, por conseguinte, transforma-se num Estado unitário e com o poder concentrado no Executivo Federal, tem-se a cessação dos direitos civis e políticos, historicamente, conquistados, a exemplo da organização dos trabalhadores via sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos.

De acordo com o referido autor, os militares assumem o poder alegando ser preciso romper com o governo populista de João Goulart que instigava os trabalhadores ao regime comunista, bem como, tal forma de governo ditatorial constituiria a saída da inflação no Brasil deixada pelos governos anteriores. É importante frisar que no centro do conflito do golpe militar encontra-se o acirramento da luta de classes, pois, a classe dominante temia o crescimento dos movimentos sociais que antecederam a ditadura.

Assim, nos governos militares podia-se observar, também, o arrocho salarial, a inflação e precárias condições de vida, ao tempo que a ideologia dominante anunciava os riscos do comunismo e feitos no âmbito social. Assim, fez parte desse período a criação de instituições sociais, principalmente, as trabalhistas funcionais as estratégias de governabilidade e as demandas do capital. Neste sentido, foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), na tentativa de remediar as deficiências do sistema previdenciário e assistencial, e algumas instituições, a exemplo do Sistema Fundação Nacional do Bem-estar do Menor e/ou Fundações Estaduais (Funabem/Febems), o Instituto Nacional de

Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outras ações (COUTO, 2010).

Nesse período, a Assistência Social foi amplamente utilizada pelos governos militares para que houvesse uma intensificação de ações assistenciais (de iniciação profissional e geração de renda) junto à população, as comunidades, aos líderes comunitários. Tais ações tinham como função intensificar o processo de adequação dos trabalhadores à ordem burguesa, “ajustando-os” e culpabilizando-os por sua condição de pobreza (SPOSATI, 2006), sobretudo, num momento de intensificação das desigualdades sociais. É o que afirma Sposati (2010, p. 11) ao destacar que:

De acordo com os censos IBGE verifica-se que, em 1960, 50% da população brasileira (os mais pobres) detinham 17,4% da riqueza socialmente produzida no país. Em 1970 esta mesma população detinha 14,9 % e, em 1980, este percentual desceu para apenas 12,6%. Enquanto isso, os 10% mais ricos da população brasileira, em 1960, detinham 39,6% da riqueza nacional, índice que passou em 1970 a 46,7% e, em 1980, a 50,9%.

Esses dados são alarmantes, pois mostram, como neste espaço de tempo intensificou-se a desigualdade social antes e ao final da ditadura militar, através de um processo de acumulação ampliada do capital, com intensa exploração dos trabalhadores, o que fez ampliar a situação de pobreza da classe operária e o agravamento da “questão social”(MESTRINER, 2011).

É somente diante do contexto político e socioeconômico da década de 1980, considerada uma década “economicamente perdida” e, sobretudo, do reingresso da classe trabalhadora no cenário político, expresso nas lutas, reivindicações, movimentos sociais dos trabalhadores e sindicatos, que tem-se, no Brasil, um processo de redemocratização e intensificação dos questionamentos sobre os determinantes do capital sobre o trabalho, bem como, as possibilidades de melhoria de condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora brasileira (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Assim, pela primeira vez na história brasileira, a Assistência Social passa a ser política pública, reconhecida como responsabilidade estatal. No próximo tópico trará, justamente, essa conquista da referida política.

2.2 A Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988, resultado de um processo de lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho, constitui um “divisor de águas” na história das políticas sociais no Brasil, de modo específico, da política de Assistência Social. A partir da referida Constituição, a Assistência Social passa a ser política pública da Seguridade Social, junto com a Saúde e a Previdência e, por conseguinte, um dever do Estado e direito social - inscrito nos artigos 203 e 204 - independente de contribuição.

Essa inscrição jurídica da Assistência Social assegura que a mesma será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social e que as ações governamentais desta política serão realizadas com recursos do orçamento da Seguridade Social, além de outras fontes e organizadas com base na descentralização político-administrativa. Assegura, ainda, a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Nesse sentido, os artigos 203 e 204 evidenciam que, juridicamente, só a partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social sai do campo da caridade, da filantropia e da benemerência e passa constituir-se num direito social para quem dela necessitar, tendo como objetivo prestar proteção à família e ao indivíduo que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade social. Entretanto, a regulamentação dos referidos artigos, dá-se somente cinco anos após a promulgação da referida Constituição, a partir da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

A aprovação da referida Lei implicou na existência de movimentos pró-Assistência Social realizados, sobretudo, por profissionais que faziam parte do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e Conselho Federal de Assistência Social (CFAS), hoje, conhecidos como Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e junto com a Associação Nacional dos Empregados da Legião Brasileira de Assistência (ANASSELBA), realizavam tais movimentos na luta pela regulamentação da Assistência Social (SPOSATI, 2011).

Mota et al (2006), afirmam que o processo de construção e aprovação da LOAS foi acompanhado de várias tensões, uma delas refere-se ao fato de que o primeiro projeto aprovado pelo legislativo, em 1990, foi vetado por Fernando Collor, o então presidente da época, dentre outras questões, sob a justificativa da inaceitabilidade da *per capita* meio salário mínimo para acessar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), conforme estava na primeira versão do projeto de lei.

Assim, mesmo assegurada constitucionalmente a Assistência Social ainda passou por vários processos sociais até que seus artigos fossem regulamentados e entre os principais objetivos da LOAS, em seu artigo 2º, estão: a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (BRASIL, 1993).

Nessa direção, constitucionalmente e devidamente regulamentada, a Assistência Social, sob a responsabilidade do Estado, passa a garantir proteção social aos trabalhadores que vai desde a infância até ao estágio da velhice protegendo as famílias e os indivíduos de vários “intempéries” sociais. Porém, o período pós-Constituição, sobretudo, a partir de meados da década de 1990, expressa retrocessos para as políticas sociais e, de modo específico, para a Assistência Social (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Esses retrocessos que encontram-se vinculados às medidas neoliberais² se expressam na concepção de mínimos sociais, nas condicionalidades, no corte de renda inferior a ¼ do salário mínimo para ter acesso ao BPC (MOTA et al, 2006).

Vale destacar que esse retrocesso, também, pôde ser encontrado na criação de um sistema paralelo a LOAS impresso no “Programa Comunidade Solidária”³ que

² As medidas neoliberais vêm do neoliberalismo que se caracteriza pelo fato de, no capitalismo contemporâneo, o capital está destruindo as regulamentações que lhe foram impostas por conquistas da classe trabalhadora, a exemplo da supressão de direitos sociais arduamente conquistados e a liquidação das garantias do trabalho em nome da “flexibilização”. A estratégia do grande capital visa romper com todas as barreiras sociopolíticas que lhes impedem o lucro e propõe um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital (NETTO e BRAZ, 2006).

³ Comunidade Solidária foi um programa governamental brasileiro criado, em 1995, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, e tinha como proposta combater a fome e a miséria através de parcerias da sociedade civil com os governos, baseando-se na solidariedade e não no direito.

tinha como objetivo combater a fome e a pobreza. Com isso, o Estado transfere sua função de proteção social para a sociedade civil, como uma forma de parceria e solidariedade (SPOSATI, 2011).

Assim, a realidade mostra que mesmo depois da LOAS, a Política de Assistência Social, em muitos municípios brasileiros, ainda continuava na esfera do não-direito, uma vez que, segundo Sposati (2006), em maio de 2006, dentre os 5.563 municípios brasileiros, 7%, isto é, 359 municípios, ainda, não tinham implantado o CPF- Conselho, Plano e Fundo municipal da Assistência Social. Com isso, foi realizada, no período de 7 a 10 de dezembro de 2003, a IV Conferência Nacional de Assistência Social. O evento foi coordenado pelo Ministério da Assistência Social (MAS) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e decidiram elaborar e aprovar uma nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (SPOSATI, 2011).

A versão preliminar desta política foi apresentada ao CNAS e divulgada em todos os Estados brasileiros, através de encontros, seminários e reuniões, que demonstram seu caráter democrático e descentralizado, e apenas foi aprovada, no ano de 2004, por unanimidade (BRASIL, 2004). A Política Nacional da Assistência Social (PNAS/2004) tem como principais objetivos prover serviços, programas, projetos e benefícios ao indivíduo e as famílias que necessitarem, e tem como público alvo cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. É a partir da referida Política que cria-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, no ano seguinte, tem-se a Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2005) imprimindo uma reorganização nos serviços socioassistenciais. O SUAS tem como requisitos a territorialização e matricialidade sociofamiliar, para a implantação de instituições responsáveis pela efetivação dos serviços socioassistenciais, ou seja, as instituições da Assistência Social são implantadas em bairros vulneráveis e os seus serviços são destinados às famílias que se encontram em situação de risco social (BRASIL, 2004).

O referido Sistema se estrutura em dois níveis de proteção social, quais sejam, a proteção social básica e a proteção social especial, que subdivide-se em média e alta complexidade. Neste sentido, as duas proteções se realizam, respectivamente, através de instituições públicas estatais, como os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). Os primeiros são responsáveis pela proteção

básica destinados a prevenção do rompimento dos vínculos familiares e comunitários e os segundos destinam-se ao trabalho com as famílias dos indivíduos que tiveram seus direitos violados e que os vínculos familiares e comunitários encontram-se fragilizados (BRASIL, 2004).

Porém, para além dos avanços sócio-jurídicos e organizativos da Política de Assistência Social a partir do SUAS, caberia questionar se tais características, como o uso do termo de algumas expressões, a exemplo: “vulnerabilidade social”, poderiam reforçar o histórico do conservadorismo presente na política, uma vez que, de acordo com as reflexões de Silva (2013), os pressupostos acima caracterizam a referida política como focalizada, pois a mesma intervém nas famílias pauperizadas, na superpopulação relativa que tem apenas sua força de trabalho para sobreviver.

Nessa mesma direção, Mota et al (2010) fala sobre os conceitos de “vulnerabilidade social”, de “território e comunidade”, “níveis de complexidade das problemáticas sociais”, “a ideia do acolhimento social”, “a relação de inclusão e exclusão”, entre outros que, segundo os referidos autores, revertem a possibilidade de uma análise crítica da realidade e das contradições e determinações da desigualdade. Para os autores, há uma tendência ideopolítica, em alguns termos, que levam a despolitização das desigualdades sociais e influenciam em outras formas de enfrentamento da desigualdade social que favorecem o capital.

Cabe destacar, ainda, dois dos pontos que chamam atenção na PNAS (2004, p. 15 – grifo nosso) quando a mesma afirma que faz-se necessário imprimir à Assistência Social:

Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas, também *possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas*. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas, também das presenças até mesmo como desejos de superar a situação atual.

Baseado nas reflexões de Mota et.al. (2010), tal citação, sem a análise de uma perspectiva crítica, tende a reforçar as armadilhas do o “empoderamento do indivíduo” nas ações de “combate a pobreza” através de feitos e estratégias de desenvolvimento social baseada na formação do capital “humano” e social. Além disso, tais expressões têm um cunho moralizante, pois reforça a ideia que o indivíduo é capaz de superar a sua situação de pobreza, retirando, assim, a possibilidade de transformação da sociedade, para além do capital. A citação acima,

de acordo com Mota et.al. (2006), também, remete ao voluntarismo, com suas práticas que levam a responsabilização da sociedade junto ao Estado para intervir no social, o exemplo disso é o crescimento do terceiro setor nos dias atuais.

O Estado brasileiro burguês representa os interesses do capital, porém, esses interesses são representados de forma contraditória, pois devem assegurar alguns benefícios e atendimentos da força de trabalho. As políticas sociais representam o atendimento às necessidades da classe trabalhadora, mas é realizada pelo Estado sob o domínio do capital. Assim, as Políticas Sociais:

Ao contrário de caminhar na direção da consolidação de direitos, a modalidade que irá conformar as políticas sociais brasileiras será primordialmente o caráter assistencial. Com isto o desenho das políticas sociais brasileiras deixa longe os critérios de uniformização, universalização e unificação em que se pautam. [...] Em contraposição à universalização utilizarão, sim, mecanismos seletivos como forma de ingresso das demandas sociais (SPOSATI, 2010, p. 23).

Neste sentido, a Assistência Social, é assegurada como política pública que concretiza direitos, historicamente, conquistados. Porém, a mesma ainda passa por muitos desafios e sua expansão, diante do atual contexto de crise do modo de produção capitalista, é um deles. Para compreendê-los é preciso entender a referida crise e como ela faz expandir as expressões da questão social.

2.3 A crise do capital e suas determinações para a Política de Assistência Social

Como nos ensinam os escritos de Netto e Braz (2006) sobre a crítica da economia política, as crises são constitutivas do sistema capitalista, ou seja, não existe sistema capitalista sem crise. Trata-se de um modo de produção baseado na exploração do trabalho assalariado, estruturalmente desigual e que para manter o movimento incontrolável da busca pelo lucro não importa as consequências para a humanidade. De acordo com os referidos autores, a crise desencadeada nos anos

de 1970 e que se arrasta até os dias em curso, caracteriza-se como uma crise estrutural do capital, uma vez que envolve todas as dimensões do sistema desde a produção à circulação das mercadorias em escala planetária.

No período conhecido como “anos dourados” do capital, a economia capitalista, sobretudo, aquela dos países de primeiro mundo centrou-se em taxas de lucros altíssimas e um longo período de crescimento econômico que se baseava no modelo taylorista-fordista de produção⁴. No entanto, por volta de 1970, há um desaceleramento da economia e as taxas de lucro começam a declinar, mostrando, assim, o esgotamento desse modelo de acumulação, iniciando um período de estagnação na economia que vem causando efeitos até os dias atuais (NETTO; BRAZ, 2006).

Como forma de enfrentar a referida crise⁵, isto é, reverter a queda da taxa de lucro e criar novas condições de exploração da força de trabalho pelo capital, as personificações do capital sustentam-se no seguinte tripé: na reestruturação produtiva⁶, na financeirização⁷ e na ideologia neoliberal⁸ (NETTO; BRAZ, 2006). Tais estratégias que rebatem em todos os países, sobretudo, nos países periféricos, faz com que ocorram mudanças em todas as dimensões sociais.

No Brasil, as medidas para enfrentamento da crise dão-se, sobretudo, a partir de meados da década de 1990, mediante a elaboração e implementação das estratégias político-econômicas contidas no chamado Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE). Dentre as medidas tem-se a desregulamentação na economia, privatização das empresas estatais, a flexibilização do trabalho, intensificação das

⁴ Esse modelo de produção tem como características principais a produção em massa de mercadorias, a partir de uma produção mais homogênea e verticalizada e grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente (NETTO e BRAZ, 2006).

⁵ Aqui, é importante ressaltar que a crise é constitutiva do capitalismo, visto que dentro do modo de produção capitalista sempre vai existir crises e, assim, a crise da década de 1970 não foi a única, pois antes e depois dela houve muitas outras crises. As crises são inevitáveis sob o capitalismo, mas é possível outro modo de organização estruturalmente diferente do capitalismo, capaz de suprimir as causas da crise, ou seja, uma sociedade para além do capital (NETTO e BRAZ, 2006).

⁶ A reestruturação produtiva caracteriza-se por novos meios que o capital encontra para lucrar e começa a buscar outras formas de acumular capital, substituindo a produção taylorista-fordista pelo modelo flexível do toyotismo, promovendo a desterritorialização da produção, com unidades produtivas em novos espaços territoriais, especialmente em áreas subdesenvolvidas e periféricas, onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa (NETTO e BRAZ, 2006).

⁷ São transações comerciais entre os países sob o comando do capital e tem suporte na gigantesca concentração do sistema bancário e financeiro (NETTO e BRAZ, 2006).

⁸ O que se pode denominar de *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*). [...] Esta ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento (NETTO e BRAZ, 2006, p. 226 à 227).

expressões da questão social, pois há um aumento da exploração do trabalho e, conseqüentemente, um agravamento das condições de vida e de trabalho, a exemplo da desregulamentação do trabalho, perda dos direitos trabalhistas, a polivalência, desemprego crescente, trabalho precário, terceirizado, subcontratado, entre outros. Nesse sentido, o Estado atua como um suporte ao capitalismo, ajudando financeiramente as empresas seja como fornecedor de recursos às empresas privadas, seja através de empréstimos a juros baixos, além de abandonar as políticas de pleno emprego e, também, de reduzir os mecanismos da seguridade social. Assim, implantava-se a lógica de menos Estado, mais mercado e desregulamentação do trabalho, levando adiante o projeto neoliberal (FERNANDES, 2011).

Neste contexto, o Estado atende de forma máxima ao capital e mínima ao trabalho, movimento que pode ser identificado, sobretudo, através do processo de desmonte dos direitos sociais da Seguridade Social. De acordo com as análises de Fernandes (2011), as tendências das políticas que compõem a Seguridade Social centram-se na privatização e precarização da Saúde e da Previdência Social e, principalmente, na expansão da Assistência Social expressa, sobretudo, nos Programas de Transferência de Renda, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF)⁹.

Segundo Sitcovsky (2010), um dos motivos que explicam a referida expansão via Programas de Transferência de Renda (PTR), refere-se ao fato que uma vez estando a classe trabalhadora, num cenário de crise e desemprego estrutural, desprovida de acesso aos bens de consumo, tais Programas constituem uma forma de acessá-los e, por conseguinte, contribuem para gerar a economia, constituindo-se, assim, num elemento fundamental para a compra e venda de mercadorias nos municípios brasileiros. Nessa direção, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (2006) apontam para um crescimento no consumo de bens duráveis entre os usuários dos Programas de Transferência de Renda.

Concomitante à dimensão político-econômica, tem-se a dimensão político-ideológica, uma vez que, ao receber tais benefícios, os trabalhadores

⁹ Há sete anos, em 2003, 23% da população brasileira (39,3 milhões de pessoas) sobreviviam com renda inferior a ¼ do salário mínimo atual. Praticamente um em cada quatro brasileiros estava sujeito à extrema insegurança alimentar e vivia um cotidiano marcado pela fome e pelo não reconhecimento de direitos sociais básicos. Foi nesse contexto que no dia 20 de outubro de 2003 foi criado o Programa Bolsa Família para atender a essas famílias que se encontravam nessa situação de pobreza. Informações no Site: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/artigos/sete-anos-do-bolsa-familia>

acabam reproduzindo a ideologia dominante e incorporando o discurso do caráter aclassista do Estado. Além disso, a referida política constitui um meio para fragilizar a luta de classes, contribuindo assim, para a manutenção da ordem (SITCOVSKY, 2010).

Em números, esse movimento de expansão da Assistência Social, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)¹⁰, demonstram que das 29.164.446 famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais, no mês de dezembro de 2014, 14.003.441 famílias receberam benefícios do Programa Bolsa Família (PBF). Segundo o mesmo site, ainda, no referido ano, 31.942 famílias se encontravam em situação de rua, dados que apontam que a desigualdade social não foi reduzida, pois muitas famílias continuam em situação de pobreza.

Essa desigualdade resultado de um movimento constitutivo do capitalismo, pois, uma vez que a produção de riqueza cresce exponencialmente, na mesma proporção que cresce o número de trabalhadores pauperizados, alcança patamares expressivos, seja na esfera mundial, seja no contexto brasileiro. Nas palavras de Mota (2010, p. 22):

A Organização das Nações Unidas divulgou pesquisa (realizada por organismo a ela vinculado, o Instituto Mundial de Pesquisa sobre Economia do Desenvolvimento) que mostra que a riqueza do mundo – propriedades e ativos financeiros – está distribuída: 2% dos adultos que habitam a Terra detêm 50% de toda a riqueza produzida, ao passo que cabe aos 50% de adultos mais pobres somente 1% dela.

Maranhão (2010), também, aponta que a desigualdade só tem aumentado, pois segundo o mesmo, o sistema atual ampliou suas técnicas, a ciência e a riqueza, mas, mesmo assim, tem se deparado com o crescimento exponencial da desigualdade social, da pobreza e da miséria. As Nações Unidas estimam que, atualmente, 2,5 milhões de pessoas no mundo encontram-se vivendo com menos de dois dólares por dia, e, ainda, 1,3 bilhão vivem em estado de indigência. A desigualdade é tão tamanha que 20% da população mundial detém 82,7% do conjunto de renda; outros 20% detém 11,7% e o restante da população do mundo, ou seja, 60% dividem entre si apenas 5,6% da riqueza produzida.

¹⁰ Esses dados podem ser encontrados no site do MDS: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Estimativas>.

Sobre a possível redução de desigualdade propagada pelos dados estatísticos governamentais, Mota (2012, p. 37) sustenta que:

[...] não há qualquer indício de redução das desigualdades, se a definimos sob a ótica das rendas do trabalho e dos lucros, juros, renda da terra, aluguéis e outros rendimentos do capital, [...] o custo de R\$ 13, 1 bilhões, relativos ao pagamento do Programa Bolsa Família deve ser comparado ao R\$ 380 bilhões destinados ao pagamento dos juros dos títulos públicos no último ano.

De acordo com Tonet (2012), este modo de se apropriar da riqueza faz parte da “lógica férrea do capital” que causa o agravamento da “questão social”. Assim, são notórias as contradições existentes no capitalismo e, neste caso, as desigualdades sociais, pois aquele que produz a riqueza, porém, encontra-se radicalmente separado dos meios de produção e não pode usufruí-la.

Cabe, ainda, destacar que a hipertrofia dos Programas de Transferência de Renda (PTR) e a precarização dos serviços socioassistenciais executados nas unidades públicas estatais dos CRAS e CREAS, podem ser visualizados dentro do próprio movimento da política de Assistência Social quando evidenciado o destino dos seus recursos. Nesse sentido, os estudos de Boschetti e Salvador (2006) sobre o orçamento da Seguridade Social, de modo específico, da Assistência Social, apontam que os recursos, aparentemente, estão sendo destinados para o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), pois o mesmo foi ampliado 54,29% em 2004, se comparado com 2003, e 34,36%, em 2005, e, ainda foram destinados para o Programa Bolsa Família, no ano de 2005, R\$ 4.504.165.060, que são destinados para 11 milhões de famílias¹¹. Porém, por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU), ocorre um poderoso desvio desses recursos para a composição do superávit primário que vai ser utilizado no pagamento de juros da dívida. De acordo com Boschetti e Salvador (2006, p. 50):

[...] no período de 2002 a 2004, foram desviados do orçamento da Seguridade Social R\$ 45, 2 Bilhões. Esses recursos deveriam ser destinados às ações da previdência, saúde e assistência social, e

¹¹ Existem muitas famílias que vivem em situação de pobreza e não tem acesso ao Programa. São cerca de 1, 87 milhão de famílias deixadas de fora dos Programas de Transferência de Renda (SITCOVSKY, 2010).

poderiam ampliar os direitos relativos a essas políticas sociais, mas acabaram compondo o superávit primário¹².

O exposto acima mostra que o orçamento da Seguridade Social não é deficitário, pois o Brasil pagou mais de R\$ 157 bilhões em juros da dívida em 2005, quando este dinheiro poderia está sendo investido em Políticas Sociais (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006).

Assim, nas palavras de Sitcovsky (p. 148, 2010): “a população sofre cotidianamente com a baixa qualidade dos serviços prestados, resultado da política de corte nos recursos, especialmente para a área social”. E ainda continua: “A política econômica do país orientada pela busca incessante do *superávit primário*, tem sido responsável pelo agravamento da “questão social”.

Isso se confirma segundo os próprios dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)¹³, ao registrar que, em 2013, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa-Família (R\$ 47.412.220,09) representa 218,65 % do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 21.683.629,38). Isso acaba precarizando os serviços socioassistenciais, pois 90% dos recursos destinados à Assistência Social são destinados ao PBF e ao BPC e apenas 10% vão para os serviços da proteção social básica e especial.

Em concordância com o exposto acima, Boschetti e Salvador (2010) falam que a distribuição dos recursos dos programas mantém a histórica concentração no Benefício de Prestação Continuada (BPC) que ficou com 72,06% dos recursos em 2005; a Renda Mensal Vitalícia (RMV) ficou com 17,08%, juntos, esses dois programas absorvem 89,14% dos recursos da FNAS no referido ano, e, os outros 10,86% ficam para os demais programas, como a Erradicação do Trabalho Infantil, Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, entre outros.

É importante lembrar que os programas, projetos, benefícios e serviços, que compõem uma política social, enquanto mecanismos de enfrentamento dos “males

¹² O resultado primário é a diferença, podendo ser positiva ou negativa, entre as receitas não-financeiras arrecadadas no exercício fiscal e as despesas não-financeiras, arrecadadas no mesmo período. As receitas não-financeiras incluem, principalmente os tributos, as contribuições sociais e econômicas, as receitas diretamente arrecadadas por órgãos e entidades da administração indireta, as receitas patrimoniais etc. As despesas não-financeiras referem-se ao conjunto de gastos com pessoal, previdência, políticas sociais, manutenção da máquina administrativa e investimentos. Se a diferença for positiva, ocorre um *superávit* primário; se negativa, haverá um *déficit* primário. Portanto, no lado das receitas estão excluídas as receitas de juros; no lado das despesas, não são computados os encargos da dívida pública (BOSCHETTI; SALVADOR, 2006, p. 26)

¹³ Informações disponíveis em: www.mds.gov.br

sociais” intervêm nas expressões da questão social e não na questão social em si (NETTO, 2009). Assim, o referido autor afirma que: “a questão social é *constitutiva* do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo” (IDEM, p.157).

Com isso, tem-se que, contraditoriamente, o Estado garante, pela via das políticas sociais, a exemplo da Assistência Social, a reprodução da força de trabalho, bem como o próprio movimento do capital, uma vez que nas palavras de Netto e Braz (2006, p. 136- Grifo do autor), “a produção capitalista não é tão-somente produção e reprodução de mercadorias e mais-valia: **é produção e reprodução de relações sociais.**” Neste sentido, a Assistência Social, que não encontra-se apartada da lógica de funcionamento do sistema do capital, sobretudo, nos dias em curso, acaba sendo funcional ao atual estágio de acumulação capitalista.

O atual modelo de produção trouxe consigo políticas neoliberais e suas imposições às economias dos países periféricos, que, como já citado anteriormente, causam mudanças em todas as esferas sociais, a exemplo da perda de direitos sociais já conquistados. Com isso, tem-se mobilizações contra a ofensiva neoliberal e que conduz o neoliberalismo a uma restauração baseado no “social-liberalismo”, ou neodesenvolvimentismo, que se “diferencia” pelo fato de seguir a lógica da “justiça social” e de realizar o progresso do país articulando crescimento econômico junto com equidade. Tal mudança, ou seja, o social-liberalismo, não passa de uma nova fase do neoliberalismo no seu processo de restauração (SILVA, 2013).

De acordo com este pensamento, a proposta principal do social-liberalismo é promover crescimento econômico e desenvolvimento social e, assim, o Estado vai atuar a favor do social-liberalismo no sentido de garantir condições básicas para que todos possam usufruir das oportunidades do mercado. Neste sentido, a Assistência Social, é uma dessas condições básicas que o Estado garante a população, principalmente através dos Programas de Transferência de Renda.

Neste sentido, não se pode desconsiderar que essas tendências da Assistência Social, sobretudo, a partir de meados dos anos de 2000, momento em que esta experimenta, como mencionado linhas atrás, um processo de reestruturação político-organizativa mediante a implantação do SUAS, dão-se num contexto em que tem-se a difusão de uma política “neodesenvolvimentista” no Brasil.

Segundo Sicsú (*apud* SILVA, 2013, p. 92), o neodesenvolvimentismo constitui um modelo que:

deve promover crescimento com industrialização, por meio dos seguintes fundamentos: uma política monetária lastreada por juros baixos; uma política cambial que administre uma taxa de câmbio competitiva para a exportação de manufaturados e com regulação do fluxo de capitais financeiros; uma política fiscal que cumpra o papel de controlar gastos públicos com o objetivo de manter o pleno emprego, melhorar as condições de vida da população e realizar uma arrecadação progressiva.

Já de acordo com as análises de Sallun Jr (*apud* SILVA, 2013, p. 92):

[...] o modelo de governo do segundo mandato Lula se diferencia do neoliberalismo porque propõe um Estado forte, que intervém em favor da economia; e se diferencia, também, do nacional-desenvolvimentismo porque *não almeja o mercado interno*, mas, constitui-se uma economia competitiva no plano internacional, por meio da atração das empresas transnacionais, do estímulo às inovações tecnológicas e dos investimentos em infraestrutura. O papel do Estado “neodesenvolvimentista” é regular e impulsionar de forma eficiente o *crescimento econômico com inclusão social*.

De acordo com Silva (2013), sobre o “neodesenvolvimentismo” brasileiro, é preciso desligar nossas críticas diante de duas direções: primeiro à sua proposta original, encampada por ideólogos como Sicsú e Pochmann e, segundo, ao modelo que efetivamente se concretiza nas ações de governo, pois tais direções tem o modelo caracterizado pelo que Castelo (*apud*, SILVA, 2013, p. 92):

denominou como uma “terceira via” que, inspirada na ideologia social-liberalista das agências multilaterais, propõe conciliar, ao conjunto de medidas macroeconômicas acima descritas, um conjunto de medidas sociais que atuem sobre a questão social e promovam a *equidade e a justiça social*.

Ainda de acordo com Silva (2013, p. 92), “esta terceira via encontra amplo respaldo no atual modelo da política de Assistência Social brasileira”. Assim, diante do exposto acima, o neodesenvolvimentismo se dá, principalmente, através dos programas de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa-Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Tais programas são responsáveis pelo

acesso aos bens de consumo da classe menos favorecida e são utilizados como estratégias do Estado para que haja a reprodução da classe trabalhadora e para que a mesma possa consumir e contribuir para o consumo de mercadorias que beneficiam o capitalismo.

O Estado propõe o neodesenvolvimentismo para a expansão da economia e progresso do país, porém, sob o domínio do capital, o que implica continuação e aprofundamento das desigualdades, da pauperização e das contradições existentes no modo de produção capitalista. Além do mais, a proposta de justiça social mediada pelo conceito de “inclusão social”, na verdade, não se concretiza, pois focaliza suas ações na pobreza absoluta (SILVA, 2013).

Assim, é perceptível que a Política de Assistência Social vem se expandindo em tempos de crise do capital e que isso traz rebates negativos para a mesma que acaba sendo utilizada pelo Estado como um meio de minimizar a pobreza. No âmbito da proteção social básica, mais especificamente no CRAS de Sousa, também, é perceptível essa afirmativa e isso será analisado no próximo capítulo.

3. APROXIMAÇÕES À PARTICULARIDADE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

3.1 Considerações sobre o percurso metodológico da pesquisa

Através da experiência do Estágio Supervisionado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do Mutirão de Sousa-PB, no período de novembro de 2013 a setembro de 2014, foi possível aproximar-se, empiricamente, da problemática da Política de Assistência Social em tempos de crise do capital na particularidade do CRAS da referida cidade, e, assim, sentiu-se a necessidade de analisar tal realidade.

A presente pesquisa foi realizada no referido CRAS, com os usuários idosos e adolescentes desta instituição que participam dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Deste universo, 10 usuários foram escolhidos como sujeitos partícipes da investigação, aleatoriamente. Neste sentido, trata-se de uma pesquisa de campo, onde se realizou um estudo exploratório com questionários abertos e fechados sobre a Política de Assistência Social, o qual a exposição dos resultados referentes, especificamente, a sua particularidade no CRAS-Mutirão, divide-se em dois momentos. Num primeiro momento, têm-se aproximações ao perfil socioeconômico dos referidos sujeitos evidenciando questões como sexo, idade, nível de escolaridade, situação ocupacional, renda familiar, situação da moradia. Por último, buscou-se analisar a concepção dos mesmos sobre a política de Assistência Social.

Trata-se ainda de uma pesquisa bibliográfica e documental, as quais, respectivamente, lançaram mão dos autores marxistas brasileiros, a exemplo de Ana Elizabete Mota, Aldaíza Sposati e Sheyla Suely Sousa Silva, e, uma análise dos documentos da instituição, a exemplo do Prontuário Social e Prontuário SUAS, que possibilitaram obter mais dados sobre os usuários, junto com as observações feitas em campo de estágio, a exemplo das visitas domiciliares. Essas observações, nos permitiram verificar que a realidade estudada faz parte de uma totalidade social do modo de produção capitalista, marcado pela exploração do homem pelo homem, pela divisão da sociedade em classes e pelas desigualdades sociais.

Assim, a pesquisa se caracteriza por ser quantitativo-qualitativa, pois neste trabalho se utilizou de levantamentos de dados empíricos que foram analisados criticamente (DESLANDES, 1993). Neste sentido, a pesquisa foi embasada e desenvolvida à luz de reflexões de autores que seguem a corrente teórica social e crítica de Marx, pois os mesmos possibilitam uma análise para além do aparente, com um olhar crítico e reflexivo, identificando as contradições existentes e a essência do real. Isto significa realizar um estudo que possibilite a apreensão do movimento da realidade como ela é. Segundo Netto (2011), para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar do conhecimento que possibilita compreender o objeto na sua existência real e efetiva, ou seja, a teoria crítica propicia que os dados recolhidos sejam apreendidos para além da sua aparência. Isto implica ver a realidade em sua totalidade e não de modo separado ou isolado da estrutura do

sistema capitalista e entender que o real de hoje é constituído por um passado histórico e resultante da atividade social.

Nesta direção, a realidade estudada, ou seja, o CRAS de Sousa-PB e os usuários(as) que fazem parte dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) necessita ser analisado a partir de uma teoria crítica, pois, se os mesmos fossem analisados aparentemente ou pelo senso comum, não chegaríamos a um conhecimento aproximado da realidade.

3.2 Considerações sobre a unidade de análise e os sujeitos participantes da pesquisa.

De acordo com dados do IBGE¹⁴, o estado da Paraíba fica localizado no nordeste brasileiro e possui a população de quase quatro milhões de habitantes (3.943.885) distribuídos entre os 223 municípios do estado. Entre as principais expressões da questão social nesse espaço socioterritorial pode-se destacar a problemática da violência, pois o referido Estado, em 10 anos, de 2001 a 2011, saltou do 21º para o 3º lugar no ranking nacional de número de homicídios, ou seja, a violência tem crescido muito nos últimos anos, entre outras expressões da questão social que tem se intensificado bastante em tempos de crise do capital. Tal quadro encontra-se dialeticamente relacionado ao aprofundamento das desigualdades sociais, uma vez que o estado possui o terceiro maior índice de pobreza do País com 50,74% da população vivendo com metade do salário mínimo por pessoa, e, em relação ao índice de pobreza extrema, a Paraíba tem 9,54% dos seus habitantes sobrevivendo com menos de 12,5% do salário mínimo por mês. Nas palavras do seguinte autor:

Esta forma, que é a manifestação da lógica férrea do capital, tende a caminhar no sentido de um agravamento cada vez maior dos problemas da humanidade [...], as consequências [...] afetam, também e poderosamente, o mundo das ideias, dos valores e das relações sociais. Diante dessa lógica perversa e poderosa do capital,

¹⁴ Informações obtidas no site do G1: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/08/populacao-da-paraiba-cresce-07-em-relacao-2013-estima-ibge.html>.

o indivíduo humano se sente perdido, nulificado e completamente impotente. Exacerba-se, com isto, o individualismo, a “guerra de todos contra todos”, levando o empobrecimento e a brutalização crescente da vida humana (TONET, 2012, p. 31).

Esse crescimento das expressões da questão social pode explicar o fato do aumento de números de CRAS no país, pois, entre 2010 e 2012, o total de CRAS passou de 6.801 para 7.725, um aumento de 13,6% no número de unidades¹⁵. No estado da Paraíba, também pode se constatar esse crescimento, pois, segundo informações do MDS¹⁶, em junho de 2014, o estado tinha em seu território 262 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), divididos entre os seus 223 municípios, cofinanciados pelo MDS.

Dos 262 CRAS do estado, 2 se localizam na cidade de Sousa que fica situado no extremo oeste do estado, ou seja, no semiárido nordestino, conhecido como o “Polígono das Secas” e de acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), o município de Sousa ocupa uma área de 4.777,2 km² que corresponde a 8,44% do território estadual. Tem uma população total de 65.807 mil habitantes, sendo 31.799 da população composta por homens e 34.008 por mulheres e deste total 78,84 % residem em área urbana e 21,16 % em área rural. Com relação à sua estrutura etária, pode-se observar a maior concentração da população entre 15 aos 39 anos de idade, ou seja, a maior parte da população, com 27,799 mil pessoas¹⁷, formada por pessoas em idade economicamente ativa.

Em relação aos aspectos sociais, no estado da Paraíba, a procura por acesso a Programas governamentais, também, tem crescido, pois Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS¹⁸), nos registros de julho de 2014 do Cadastro Único e da folha de pagamento de agosto de 2014 do Programa Bolsa-Família, o Estado da Paraíba tem 860.099 famílias registradas no Cadastro Único¹⁹, em todos os seus municípios. Desta quantia, 526.195 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa-Família, ou seja, 44,51% da população do estado tem acesso ao

¹⁵ Informações no site: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/87.pdf.

¹⁶ Acesso a essa informação no site do MDS: http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=bsm_no_estado.

¹⁷ Informações no MDS: http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=vulnerabilidades

¹⁸ Informações obtidas no site do MDS: http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=bsm_no_estado.

¹⁹ O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa (per capita) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Informações no site do MDS.

Programa, e, em Sousa existem 14.461 famílias cadastradas no CADÚNICO em 2011, que multiplicando pelo número médio de 3,8 pessoas por famílias, chega o total de 54.952 pobres que necessitam acessar os programas sociais. Desse total, 13,5 mil famílias possuem renda familiar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o que totaliza um número de 51, 4 mil pessoas em situação de pobreza absoluta e desse total 45, 6 mil têm renda per capita mensal de R\$ 140,00, no limite da miséria absoluta (SOUSA,2011). Assim, o município não difere do seu estado com relação às expressões da questão social, pois os dados revelam que grande parte da população encontra-se em situação de pobreza.

Os dois CRAS localizados em Sousa ficam situados, respectivamente, no Conjunto Augusto Braga, mais conhecido como “Mutirão” e Alto do Cruzeiro, os quais são responsáveis por atender famílias que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza.

O bairro do “Mutirão”, unidade de nossa análise, fica localizado na Zona Sul da cidade de Sousa, conta com uma população de mais de 1000 famílias e 3.500 moradores, teve sua origem num conjunto habitacional durante a década de 1980. No início da construção do referido conjunto, as casas eram construídas pela Fundação Social do Trabalho-FUNSAT (hoje FAC), mas depois grande parte do terreno foi ocupado pelos moradores (SOUSA, 2011). Em relação ao referido nome do bairro – “Mutirão” – segundo relato dos moradores, o nome se deu, justamente, pelo fato da ocupação dos terrenos na época da construção das casas populares. Os moradores ajudaram uns aos outros na construção das casas formando um mutirão de pessoas.

De acordo com o MDS, os serviços oferecidos pelo CRAS do Mutirão de Sousa são: atendimentos e acompanhamento familiar, visitas domiciliares, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos direcionados as crianças, adolescentes e idosos. Dentre esses serviços tem-se oficinas, cursos e palestras socioeducativas com o objetivo de complementar o trabalho social com a família, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; prevenir institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências

e vivências, fortalecendo o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários (MDS, 2011).

Pode-se evidenciar que os usuários da referida instituição encontram-se em situação de vulnerabilidade social que, segundo a NOB-SUAS (2005), se refere às situações de famílias ou indivíduos que se encontram em precárias condições de vida, desempregadas e vivendo com renda de até meio salário mínimo, sem saneamento básico, baixa escolaridade e crianças e adolescentes sem frequentar a escola, entre outros. Tal quadro pôde ser visualizado através de uma análise documental, realizada no Campo de Estágio, em 100 dos 266 prontuários sociais das famílias do CRAS, observou-se que, 79% dos usuários do CRAS são beneficiárias do Programa Bolsa-Família (PBF). Este dado não se difere da totalidade, pois segundo o MDS²⁰, a região nordeste concentra a maior quantidade de beneficiários do Bolsa Família, contabilizando um total de quase 8 milhões de beneficiários.

A precarização das condições de vida desses usuários, também, pode ser visto nas visitas domiciliares, onde foi possível ver vários casos de famílias pauperizadas, que sobreviviam de forma precária, pois foram vários bairros pobres que visitamos, com destaque para o conhecido como “cangote do urubu”, Frei Damião, Jardim Brasília e Várzea da Cruz, nos quais foi possível evidenciar crianças se alimentando com restos de comida advindos do lixo, crianças sem acesso a escola devido a inserção precoce no trabalho.

Neste sentido, em concordância com Iamamoto (2009), quando a mesma refere-se à “Questão Social”, constatou-se através das informações contidas nos cadastros bem como através das observações durante as visitas domiciliares que esses usuários são vítimas das expressões da Questão Social, derivadas das desigualdades sociais, inerentes ao modo de produção capitalista.

De acordo com informações do site da Prefeitura de Sousa-PB²¹, a Política de Assistência Social do Município tem como unidade gestora a “Secretaria de Ação Social” que além de ser responsável pela coordenação dos CRAS - caracterizados como “portas de entrada” do SUAS - há outros serviços e programas de proteção, como o chamado Programa “Pão para Todos” que atende a sete bairros, a exemplo,

²⁰ Informações no site: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/maio/bolsa-familia-96-8-dos-beneficiarios-cumpriram-frequencia-escolar-em-fevereiro-e-marco>.

²¹ Dados disponíveis em: <http://www.sousa.pb.gov.br/2013/>

do Alto da Rodoviária, Angelim, Condomínio Doca Gadelha, Conjunto Frei Damião, Guanabara, Bela Vista e Nossa Senhora de Fátima, tem como objetivo distribuir pães para as 914 (famílias) cadastradas no programa. Cabe ressaltar que, semanalmente, são destinadas 500 unidades de pães para o CRAS do “Mutirão”. Além disso, são distribuídos pães para abrigos como “Pérola Preciosa²²”, “Casa do Caminho²³”, Recicladores de Lixo e Credendo Vides²⁴. Existe, também, o Programa “Mãe Souse” que distribui kits de bebês para mulheres grávidas e o atendimento a gestantes.

Em relação aos recursos federais destinados ao município, segundo o MDS²⁵, a transferência do tesouro nacional para o município por ano é de R\$ 32, 9 milhões. Desta quantia R\$ 534, 6 mil são destinados para a Proteção Social Básica que inclui o PAIF - Serviços de Proteção Social básica à Família, com repasse anual de R\$ 132.000,00 e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com R\$ 321,5 mil anualmente. Porém, grande parte dessa quantia destinada para a Política de Assistência Social é destinada aos Programas de Transferência de Renda. De acordo com o MDS²⁶, o valor das transferências para os beneficiários do PBF do estado, em 2013, foi de R\$ 941.564.574,00 e para o município de Sousa, em 2014, foi de R\$ 17.333.124,00 e, no mês de dez de 2014, foi de R\$ 1.591.020,00. E ainda, o investimento total do eixo de garantia de renda do “Brasil sem Miséria no Estado”, em 2013, foi de mais de R\$ 1 bilhão, isto é, 1.680.907.600,51, incluídos o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Esse número inexpressivo de recursos para operacionalização dos serviços sociassistenciais, diante das observações tecidas em campo de estágio, se expressa na precarização das condições e relações de trabalho, a exemplo da falta de

²² “Pérola Preciosa” é uma instituição ligada à igreja católica e que abriga idosos e se caracteriza por ser uma instituição não governamental.

²³ “Casa do caminho” é uma casa espírita que abriga idosos e se configura como uma instituição não governamentais que recebe ajuda das pessoas.

²⁴ Trata-se de uma instituição com serviços de acolhimento e proteção integral para crianças e adolescentes, que sofreram violações de direitos, como por exemplo, violência sexual e abandono, e por causa disso precisaram ser retiradas do âmbito familiar até que houvesse o reestabelecimento do vínculo, acolhe, também, crianças e adolescentes para a adoção. Ao total se encontram na instituição 11 crianças e adolescentes abrigadas

²⁵ Informações no site: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Transfer%C3%Aancia%20de%20Renda>.

²⁶ Informações no site: http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=bsm_no_estado_simp.

transporte para as visitas domiciliares, na contratação precária de profissionais e na ausência de capacitação para os trabalhadores do SUAS. De acordo com o Projeto de Pesquisa: Trabalhadores e Gestores do SUAS no Estado da Paraíba (2010), a maioria dos trabalhadores, 54,11%, inseridos na Política de Assistência Social não possuem o curso superior completo, o que revela a necessidade de uma capacitação continuada que leve em consideração tanto os diferentes graus de instrução como, também, a heterogeneidade de formações profissionais entre esses trabalhadores. Além disso, tem-se a rotatividade e a contratação temporária dos trabalhadores sem passarem por concursos públicos, pois, 63,23% dos mesmos possuem contrato de trabalho temporário, o que compromete a continuidade dos serviços ofertados, reforça formas de patrimonialismo e clientelismo.

Essa forma de contrato do trabalho, se opõe ao que orienta a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) do SUAS, quando a mesma diz que a equipe responsável pela prestação dos serviços, projetos, programas e benefícios da Assistência Social, deve ser constituída por servidores efetivos.

No que tange especificamente, ao perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa, tais dados também, são evidenciados. Um dos primeiros pontos a ser destacado refere-se ao sexo dos(as) entrevistadas, os quais 60% são do sexo masculino. Essa maioria masculina pode ser explicada pelo fato de que entre os usuários adolescentes todos entrevistados (05) eram do sexo masculino, pois, os mesmos fazem parte do SCFV que oferta a atividade do futebol; já o grupo dos idosos possui 60 usuários e a maioria é composta por mulheres (98, 33%) e há apenas um homem presente no grupo de SCFV para idosos. Isso confirma a tendência estatística da maior parte da população idosa brasileira ser composta por mulheres, pois, segundo dados da PNAD (2014), encontravam-se, na faixa de 60 anos ou mais de idade, 14,0% das mulheres e 11,8% dos homens.

A idade dos entrevistados(as) entre os adolescentes foi de 13 a 16 anos e entre os idosos(as) foi de 61 a 79. Os entrevistados(as) eram compostos de 50% de idosos(as) e 50% de adolescentes, e, a idade dos participantes idosos(as) revela o que estatisticamente está comprovado no cenário brasileiro que é o envelhecimento da população entre os sexagenários e septuagenários também, pois os Idosos(as), ou seja, pessoas com mais de 60 anos, somam 23,5 milhões dos brasileiros (IBGE,

2011)²⁷. E ainda, segundo o MDS, entre 2000 e 2010 foi verificada a ampliação da população idosa no município de Sousa, que cresceu 2,90% em média ao ano.

Nesta mesma direção, segue a questão da situação ocupacional, e, entre os idosos(as) se caracteriza pelo fato de que quase todos(as) recebem algum tipo de pensão ou aposentadoria e alguns ainda trabalham para complementar o salário que recebem. Apenas uma das senhoras entrevistadas de 65 anos disse que nunca recebeu nenhum tipo de pensão do governo e não conseguiu se aposentar, para ajudar na renda familiar a mesma trabalha fazendo “bicos” em variadas casas. Os outros 80% são aposentados(as) por tempo de contribuição ou recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos(as). Entre os adolescentes a situação ocupacional é de estudantes e apenas um rapaz de 16 anos disse que já trabalha fazendo “bicos” como servente de pedreiro. Este dado mostra a situação do trabalho de crianças e adolescentes, pois a maioria de trabalhadores entre adolescentes se encontram na faixa etária entre 14 a 17 anos de idade, o que corresponde a 2,6 milhões de adolescentes que trabalham nessa faixa etária (PNAD, 2014).

Sobre a escolaridade, 60% dos idosos(as) possuem o ensino fundamental incompleto e 40% são não alfabetizados. Já os adolescentes, todos afirmaram estar cursando o Ensino fundamental, o que corresponde a 100% dos entrevistados adolescentes inseridos entre o 5º e o 9º ano. Tais dados, sobretudo, em relação aos(as) idosos(as), seguem a tendência do nordeste brasileiro, pois, segundo a PNAD (2014), a taxa de analfabetismo da Região concentra 53,6% do total de analfabetos. E ainda, o número médio de anos de estudo para o Brasil era de 7,7 anos em 2013, já na a Região Nordeste foi de 6,6 anos em 2013.

De acordo com a PNAD (2014), em 2013, dos 65,2 milhões de domicílios estimados em todo o Brasil, 60,8 milhões de domicílios declararam possuir rendimentos, em média, de R\$ 2 983,00. No Nordeste a renda mensal é R\$ 2 011,00 e, em Sousa-PB, 60% dos entrevistados(as) afirmaram que a renda mensal familiar é de 1 salário mínimo advindos de algum emprego temporário, do Programa Bolsa Família (PBF) e de pensões e aposentadorias. Os outros 40% disseram que recebem até dois salários mínimos. Vale lembrar que as famílias dessas pessoas

²⁷ Acesso em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadosobreoenvelhecimentoonoBrasil.pdf>.

:<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadosobreoenvelhecimentoonoBrasil.pdf>.

entrevistadas são numerosas, o que fica muito difícil viver apenas com esses salários²⁸.

No que tange às questões de moradia, 80% responderam que moram em casa própria e os 20% restante moram em casa alugada, depois, ao serem perguntados sobre a quantidade de pessoas que moram em seu domicílio, 50% dos usuários(as) responderam que moram entre 2 a 3 pessoas, 30% responderam que moram 4 pessoas, e os outros 20% responderam que moram 6 pessoas. 60 % dos entrevistados(as) disseram que existem idosos(as) em seus domicílios, e 40% dos usuários(as) responderam que não havia idosos(as) em sua casa.

Dos(as) 10 usuários(as) entrevistados(as), apenas 1 disse que havia pessoa com deficiência em casa (deficiência intelectual). Já sobre o número de crianças que residem em suas casas, 30% dos usuários(as) responderam que existem 2 crianças na casa, 10% responderam que tem 1 criança e 60% dos usuários(as) responderam que não tem crianças em casa. A mesma pergunta foi feita para saber quantos adolescentes tem no domicílio, 40% dos usuários(as) disseram que não tinham adolescentes em casa, 50% disseram que tinha 1 adolescente e 10% disseram que tinham 2 adolescentes.

O perfil dos usuários(as) do CRAS são perfis de trabalhadores que utilizam dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ou seja, são de famílias pobres, que sobrevivem com 1 ou 2 salários mínimos, com baixa escolaridade e sem muitas perspectiva de vida, perfil que evidencia que trata-se de trabalhadores vítimas de um sistema que oprime e explora seres humanos, um sistema desumano e que visa somente o lucro.

3.3 A concepção dos usuários do CRAS sobre a Política de Assistência Social

²⁸ É importante ressaltar que, de acordo com o DIEESE, o salário mínimo nominal no Brasil, em 2015, é de R\$ 788, 00, e o salário mínimo necessário seria de R\$ 3.182, 81. Este número mostra que este salário seria o necessário e não um salário bom ou suficiente, pois não existe salário bom ou suficiente dentro do capitalismo e mesmo que tais famílias não fossem numerosas ainda seria difícil, pois a exploração, ou seja, a extração da mais-valia que é a base do lucro do modo de produção capitalista, iria continuar. Acesso: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

Para apreender a concepção dos usuários(as) sobre a Assistência Social foram feitas algumas perguntas sobre a Política de Assistência Social do CRAS de Sousa-PB, uma das primeiras questões centrou-se no conhecimento dos usuários(as) sobre os direitos sociais. Nesse sentido, 40% responderam que não conhecem e 60% responderam que sim. Dentre estes últimos cabe destacar os seguintes relatos:

U 1: *“Direito nós temos, mas é só no papel. Nós temos aqui²⁹ ajuda, vem ouvir explicações, faz física, faz visitas, faz passeio e tudo isso é bom pra gente. Tem passagem pra longe, pra perto também, nós temos direito de fazer viagem gratuitas, né. Nós temos o CRAS pertinho da gente e qualquer coisa é só procurar o assistente social e assim por diante.”*

U 2: *“Ser bem tratado, ter nossa liberdade, né?...Direito é essas coisas, assim, de andar de ônibus, né? Nós somos idosos e nós precisa disso tudo aí.”*

U 3: *“Tenho direito de comparecer o CRAS, aos jogos³⁰, estudar, fazer cursos e trabalhar.”*

U 4: *“Meu direito é... um atendimento melhor no CRAS.”*

O que se observou nos discursos desses usuários(as) é que eles têm certo conhecimento de alguns direitos, muitas vezes negados, como se observa na fala do U1, pois o mesmo fala que o direito está só no papel e com relação ao CRAS, o mesmo fala que tem uma “ajuda” da instituição. Já o usuário 3 vê o direito mais como uma obrigação que ele tem que cumprir, ou seja, confunde o direito com o dever.

Em relação à concepção da Assistência Social como direito, embora, 50% tenham afirmado a referida política enquanto um direito social, ao especificar tal expressão nos relatos, observa-se uma concepção restrita desta política. Assim, entre aqueles que afirmaram ser um direito, pode-se destacar os seguintes relatos:

²⁹ O “aqui” refere-se ao CRAS.

³⁰ Refere-se aos jogos do CRAS.

U 1: “ *Porque é um direito que favorece a gente, né, porque se a gente quiser uma coisa ou saber de uma coisa, tem a assistente social pra dar informação...a gente viver sem informação é ruim.*”

U 2: “*Acho que é um direito, né, dos idosos, a pessoa chega aquela certa idade e tem direito de ser cuidado aqui, né.*”

U 6: “*Assim...Por causa que é direito olhar pras pessoas, saber como estão, eu acho que isso seja um direito.*”

Para além de uma concepção restrita, a outra metade dos entrevistados(as) relacionam a Assistência Social a presente (20%), caridade (20%) e ao benefício do Bolsa família (10%). Essas duas primeiras relações mostram que a Política de Assistência Social ainda é vista pelos seus usuários como práticas ligadas ao passado da referida política, assim, como esclarece Behring e Boschetti (2006), que aos primeiros “merecedores de auxílio” eram assegurados algumas ações assistenciais, mas, de cunho caritativo, pois sustentava a ideia de um dever moral e cristão de ajuda aos mais necessitados e longe da ótica do direito. Tais ações eram minimalistas e restritivas, carregadas de componentes conservadores, com propósitos de conservar a ordem burguesa. Já a última relação que restringe a Assistência Social ao acesso do referido programa, Sitcovsky (2010) destaca que atualmente os Programas de Transferência de Renda acabam sendo a única fonte de renda de muitas famílias nas localidades mais distantes do país e isso pode acabar influenciando para que esses trabalhadores reduzam a Assistência Social aos referidos Programas.

Nas visitas domiciliares, realizadas em campo de estágio, também foi possível observar essa concepção de que a Assistência Social está ligada a caridade, ao favor ou ajuda aos mais pobres, pois os usuários do CRAS diziam “agradecer a Deus” por receber ajuda do CRAS e, muitas vezes, se sentiam “endividados” por ter acesso aos serviços socioassistenciais.

Outro dado que reitera uma concepção conservadora da Política de Assistência Social foi evidenciado no momento em que os(as) entrevistados(as) foram questionados(as) sobre a importância dos serviços do CRAS, em que 60% e 20% afirmaram respectivamente que tais serviços expressavam uma boa ação do prefeito e uma ajuda a pessoas carentes e pobres.

Dentre os principais relatos sobre essa questão pode-se destacar:

U1: *Ele (o prefeito) é o chefe, ele é o dono da cidade que tá entregue a ele, é ele que tem que fazer essas coisas³¹ a favor de nós todos, saber o que as pessoas passam, sobre as ruas, os doentes...Ele assina e o que ele assina ai tá completo, tá valeno, mas sem a presença dele não tá valeno.”*

U2: *“Porque o governo e o prefeito tem que **ajudar** as pessoas.”*

U5: *“É uma boa ação do prefeito que é muito bom, **ele não deixa faltar nada...acho que é a bondade do prefeito.**”*

Essas falas expressam o histórico conservador da Assistência Social, ligada a práticas clientelísticas na consecução dos benefícios e ao paternalismo, a exemplo da era Vargas, momento da expansão das políticas sociais no Brasil que representam a busca da legitimidade das classes dominantes. Essas políticas eram instituídas sob a forma da tutela e do favor, colocando o presidente como “pai dos pobres”, e, também, a criação da LBA sob a coordenação da primeira-dama Darci Vargas, reforçam ainda mais, as características de tutela, favor e clientelismo na relação entre Estado e sociedade (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Assim, apesar da referida política se constituir como um direito assegurado na Constituição Federal de 1988 e ser marcada por várias conquistas sociais frente ao capitalismo, a exemplo da LOAS e da PNAS, ela ainda carrega esses traços conservadores.

Além disso, segundo Pereira (1996), a Política de Assistência Social, diferente das demais políticas públicas, passa a ser “concebida” e requerida como uma ação direcionada para uma clientela, ou seja, a clientela “excluída” formada por aqueles desprovidos de meios para suprir seu próprio sustento, e, por isso, tem-se sobre a mesma uma visão estigmatizada como política destinada aos pauperizados, o que pode reforçar a concepção de ajuda, de favor e de caridade às famílias usuárias da Assistência Social.

Ainda em relação aos serviços do CRAS, os outros 20%, afirmaram que a referida instituição é um lugar de diversão. Essa foi uma das principais observações

³¹ A expressão “essas coisas” refere-se aos serviços do CRAS

tecidas em campo de estágio, uma vez que os espaços públicos de lazer no bairro são inexistentes, e as crianças e adolescentes acabam encontrando essa opção no CRAS. Com relação a isso, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109, (2009, p. 10), orienta que os serviços destinados a crianças e adolescentes:

Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social [...] contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola [...] e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

Assim, faz-se necessário que tais atividades sejam desenvolvidas na instituição, como também, é importante a criação no bairro de um espaço de lazer para esses jovens, ou se ouvirá a repetição de discursos unilaterais sobre o CRAS.

Em relação sobre o que o CRAS significa para eles, 30% escolheram que o CRAS é um espaço de lazer, 30% disseram que é uma escola para crianças e adolescentes, 20% optou pela casa de repouso para idosos, 10% espaço público de prestação de serviços socioassistenciais e os últimos 10% disseram que era uma unidade de saúde. Esses dados apontam para a necessidade de uma publicização sobre o papel do CRAS, a exemplo do que é defendido no Código de Ética do Assistente Social e na Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/93), quanto à democratização as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço

institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários (BRASIL, 1997).

Esses dados, mais uma vez, comprovam que muitos usuários do CRAS não compreendem o real sentido da instituição e dos serviços ofertados pelo mesmo. Confundem o CRAS como um espaço de lazer ou escola e não o identificam como um lugar público que executa serviços de proteção social básica³². De acordo com a PNAS (2004), é dever da equipe do CRAS prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência para que os mesmos procurem os serviços ofertados tendo consciência de que está acessando um direito.

Ainda nessa direção, os(as) usuários(as), também, falaram o que acham sobre o profissional assistente social que trabalha no CRAS, mas a concepção deles com relação a assistente social é de um profissional que ajuda ao próximo ou que pratica caridade, pois 90% dos usuários afirmaram isso.

Na fala dos mesmos pode-se observar o exposto acima:

U5: *“A assistente social é uma pessoa muito especial, ela é muito caridosa, né! Ela atende as pessoa, toda hora que a gente procura ela atende com muita atenção, tira pressão, faz exame de diabete, faz tudo, são pessoas excelentes elas.”*

Nesta fala observa-se que o usuário confunde o assistente social com um profissional da saúde, e, também, com uma profissional boa e caridosa. Isso é constatado novamente nas próximas falas.

U10: *“Ela é uma pessoa muito boa, ela gosta de fazer caridade, vai na casa da gente, visita a gente.”*

U6: *“A assistente social deixa a casa dela e vai saber como tá as pessoas, tem delas que verifica a pressão das pessoa, saber se a pessoa tá bem.”*

U2: *“Ela vem trabalhar aqui dentro, ela é muito assim... gosta de ajudar, a pessoa procura ela, ela ajuda.”*

³² Não se pode atribuir ao CRAS ou a Assistência Social a tarefa de realizar exclusivamente a proteção social, pois, esta compete, articuladamente, também, às políticas de Emprego, Saúde, Previdência, Assistência, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 2009).

Esses discursos mostram que os usuários confundem o assistente social com outros profissionais e neste sentido, como orienta a NOB-RH/SUAS, faz-se necessário a promoção aos usuários do acesso à informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende, ou seja, para a construção do vínculo entre o trabalhador da instituição e o usuário, faz-se necessário, por exemplo, que o profissional esteja permanentemente reiterando quem realiza cada função, quem é, por exemplo, o assistente social, o psicólogo, ou até mesmo, criar meios simples, como mostrar a credencial ao usuário para que o mesmo possa tratá-lo pelo nome, assim como o trabalhador possa referir-se ao usuário do mesmo modo (BRASIL, 2011).

Assim, os usuários confundem, também, tanto o assistente social como a Política de Assistência Social como algo caritativo, como profissionais que praticam caridade e o CRAS como uma instituição que eles tem acesso a essa caridade, a essa ajuda que é garantida pelo prefeito, conhecido, também, por alguns como o dono da cidade.

Tais expressões distanciam esses trabalhadores de uma vida mais digna em que eles tenham direitos garantidos e de qualidade, e se distancia da organização da classe trabalhadora pela luta contra as ofensivas do capital sobre o trabalho, e, principalmente, se distancia, mais ainda, da emancipação humana, pois a força que eles têm para a luta de classe está fragilizada.

A concepção dos usuários do CRAS reflete o modo de vida que os mesmos levam, a condição sócio histórica em que foram criados, a sociedade em que estão inseridos. Toda a análise de vida e concepção dos mesmos faz parte desta sociedade dominada pelo capitalismo que aliena e controla os trabalhadores para que todos vivam em função do sistema capitalista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da concepção dos usuários do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Sousa-PB revela que mesmo a Política de Assistência Social se constituindo como direito do cidadão e dever do Estado, a partir da Constituição Federal de 1988 juntamente com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tal Política, ainda é visualizada como uma benesse, caridade, favor.

Se partirmos do pressuposto histórico-dialético de que a apreensão do real não se encontra desconectado deste, isto é, das condições objetivas de produção e reprodução das relações sociais, pode-se afirmar que a predominância da concepção conservadora da Assistência Social dos usuários do CRAS encontra-se relacionada ao atual contexto de crise do capital - momento em que há sua expansão, sobretudo, via Programas de Transferência de Renda e retrocesso dos direitos sociais de cunho universal - numa sociedade marcada pelo patrimonialismo, pelo favorecimento na consecução de benefícios, no primeiro “damismo”.

A apreensão da Assistência Social como favor e não como direito tende a reforçar a “naturalização” do agravamento das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, a exemplo dos moradores do bairro “Mutirão”, e, por conseguinte, inscrever a luta pela reivindicação de mínimas condições de sobrevivência num horizonte distante. Tal quadro impõe, dentre outros, desafios para os profissionais dos CRAS, sobretudo, da unidade de análise em questão, seja quanto à intensificação de trabalhos socioeducativos voltados a publicização do papel do CRAS na perspectiva dos direitos, seja quanto a problematização das condições de vida dos moradores do “Mutirão” numa sociedade de classe e a possibilidade da organização política.

5. REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Bibliografia Básica de Serviço Social, v.2. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social e Sociedade**. nº 87. Ano XXVI. Especial 2006. Ed, Cortez.

BRASIL. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral%20Brasil>>, acesso em: 24 de fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social Departamento de Proteção Social Básica. **Serviços de Convivência de Fortalecimento de Vínculos para Crianças até 6 anos**. Brasília, 2011.

_____. **NOB-RH. Anotada e Comentada**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2011.

_____. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Brasília: CFESS, 2009.

_____. **Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais**. Texto da RESOLUÇÃO nº 109, de 11 de novembro de 2009.

_____. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-PNAS-2004**. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da resolução n/145 de 15 de outubro de 2004.

_____. Norma Operacional Básica- **NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social; Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Construindo as bases para a implantação do sistema único de assistência social, Brasília, julho de 2005.

_____. **Código de ética do assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 3. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência da Social,** Lei Nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**– 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Maria Cecília de Souza Minayo (Organizadora). 29. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FERNANDES, Ana Elizabete Simões da Mota. **Cultura da crise e seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 6. Ed - São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 29ª ed. São Paulo: Cortez. [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo,** 2011.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios:** síntese de indicadores, 2013. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:< ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2013/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2013.pdf>. Acesso em 22, de fevereiro de 2015.

MARANHÃO, César Henrique. **Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social.** O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade/ Ana Elizabete Mota (organizadora). - 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil.** São Paulo: Ática, 1988.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** 4.ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade/** Ana Elizabete Mota (org.). – São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **O Mito da assistência social:** ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional /** Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011. 312 p.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique. SITCOVSKY, Marcelo. **As tendências da política de Assistência Social, o Suas e a formação profissional.** O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade/ Ana Elizabete Mota (organizadora). - 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O Sistema Único de Assistência Social e a Formação profissional. **Serviço Social e Sociedade.** nº 87. Ano XXVI. Especial 2006. Ed, Cortez.

NETTO, José Paulo, 1947- **Capitalismo monopolista e serviço social.** 7. Ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. – (Biblioteca básica de serviços social; v.1).

_____. **Introdução ao Estudo do método de Marx.** 1º Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A assistência social na perspectiva dos direitos – crítica aos padrões dominante de proteção aos pobres no Brasil. – Brasília: Thesaurus, 1996. 142 p.

SICSÚ, J, 2008. SALLUM JR., B, 2009. In SILVA, Sheyla Suely de Souza. **Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 113, p. 86-105, jan./mar. 2013.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Proteção social e espaços sócio-ocupacionais. **Serviço Social e Sociedade**. Janeiro/ março. 113. 2013.

_____. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 113, p. 86-105, jan./mar. 2013.

SITCOVSKY, Marcelo. **Particularidade da expansão da Assistência Social no Brasil**. O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade/ Ana Elizabete Mota (organizadora). - 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA. **PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: Diagnóstico Habitacional do Município de Sousa-PB**. Sousa: Secretaria Municipal de Habitação, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: Um processo de construção da assistência Social**. - 6 ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11. ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Serviço Social e Sociedade**. nº 87. Ano XXVI. Especial 2006. Ed, Cortez.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital/ Ivo Tonet**. – São Paulo: Instituto Lukács, 2012.- 2. ed. Ver. 93 p.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS USUÁRIOS DO CRAS

I- PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS (AS) USUÁRIOS DO CRAS

1.1. Sexo: () Masculino () Feminino

1.2. Idade: _____

1.3. Nível de Escolaridade:

() Não-alfabetizado () Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Superior Completo () Ensino Superior Incompleto

1.4. Situação Ocupacional

Qual a sua profissão? _____

Você encontra-se, atualmente, exercendo alguma ocupação? () Sim () Não.

Se sim, especifique: _____

Se não, especifique há quanto tempo está desempregado (a) _____

1.5. Qual a renda familiar

() Menos de 1 salário mínimo () 1 salário mínimo () Até dois salários mínimos
() Mais de dois salários mínimos

Qual a origem da renda: () Benefício de Prestação Continuada (BPC) () Bolsa Família () Atual ocupação () Auxílio Previdenciário () Outro

1.6. Situação da moradia

() própria () Alugada () Cedida

Número de pessoas que residem no domicílio: _____

Desse número quantas são idosas: _____

Desse número quantas são portadores de deficiência: _____

Desse número quantas são crianças: _____

Desse número quantas são adolescentes: _____

2. CONCEPÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1. Você conhece seus direitos ? () Sim () Não. Se sim, especifique alguns _____

2.2. A Assistência Social é:

- Presente
- Caridade
- Lei
- Direito
- Benefício do Bolsa Família
- Outro _____

2.3. O que é o CRAS para você:

- Casa de repouso para idosos(as)
 - Espaço de lazer
 - Escola para crianças e adolescentes
 - Espaço público de prestação de serviços sociassistenciais
 - Unidade de saúde
 - Outro _____
-

2.4. Você sabe para quem o CRAS é destinado:**2.5. Como você tem acesso aos direitos sociais:****2.6. Como você considera os serviços do CRAS?**

- a) É um direito do cidadão e dever do Estado
- b) É uma ajuda a pessoas carentes e pobres
- c) É um lugar de diversão
- d) É uma boa ação do prefeito que ajuda pessoas pobres
- e) Outro _____

2.7. Como você vê a A.S?

- a) Um profissional que ajuda ao próximo
- b) Um profissional que busca viabilizar o direito dos usuários
- c) Um profissional que pratica caridade
- d) Outro _____

